

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i36.6358>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



FILOSOFAR NO SUL : PROBLEMÁTICAS POLÍTICAS, INSTITUCIONAIS E ÉTICAS

Doing Philosophy in the South : Political, Institutional and Ethical Stakes

Philosopher au Sud: Enjeux politiques, institutionnels et Éthiques

Cristina Amaro Viana (UFAL/Brasil)
Amélie Aristelle Ekassi (ENS - Yaoundé/Camarões)
Ernst Wolff (KU Leuven/Bélgica)

Resumo: Este texto consiste na apresentação do dossiê que o leitor tem em mãos. Ele situa historicamente algumas das principais dificuldades que são comuns às instituições de ensino e de pesquisa não ocidentais que trabalham na seara da Filosofia universitária. Nele são apresentados brevemente os sete artigos que compõem o dossiê, elucidando as camadas de análise que cada um dos textos nos convida a desvendar, a partir de diferentes perspectivas oriundas de diversos contextos culturais, sociais e políticos. O foco principal das sete contribuições são as experiências de Camarões e do Brasil, mas os argumentos também têm implicações para as práticas filosóficas em outros países. Por fim, a maneira como as sete contribuições se concatenam faz surgir um horizonte interpretativo bastante peculiar, que pode fornecer diferentes olhares acerca da situação acadêmica da Filosofia nos países do “Sul”.

Palavras-chave: Decolonização das epistemes, mundo plural, práticas universitárias, autenticidade.

Abstract: This text is a presentation of the dossier that the reader has in hand. It historically situates some of the main difficulties that are common to non-Western teaching and research institutions working in the field of university philosophy. It briefly presents the seven articles that make up the dossier, elucidating the layers of analysis that each of the texts invites us to uncover, from different perspectives coming from different cultural, social and political contexts. The main focus of the seven contributions are on experiences from Cameroon and Brazil, but the arguments have implications for philosophical practices elsewhere too. Ultimately, the way in which the seven contributions come together gives rise to a rather peculiar interpretative horizon, which can provide different perspectives on the academic situation of philosophy in the countries of the “South”.

Keywords: Decolonization of epistemes, plural world, university practices, authenticity.

Résumé: Ce texte est une présentation du dossier que le lecteur a en main. Il situe historiquement quelques-unes des principales difficultés communes aux institutions d'enseignement et de recherche non occidentales travaillant dans le domaine de la philosophie universitaire. Il présente brièvement les sept articles qui composent le dossier, en elucidant les niveaux d'analyse que chacun des textes nous invite à découvrir, à partir de différentes perspectives issues de contextes culturels, sociaux et politiques différents. Les sept contributions se concentrent principalement sur les expériences du Cameroun et du Brésil, mais les arguments ont des implications pour les pratiques philosophiques dans d'autres pays également. Enfin, la manière dont les sept contributions sont concaténées donne lieu à un horizon interprétatif assez particulier, qui peut offrir différentes perspectives sur la situation académique de la philosophie dans les pays du « Sud ».

Mots-clés: Décolonisation des épistémé, monde pluriel, pratiques universitaires, authenticité.

Apresentação do número especial

Os universitários da atualidade são herdeiros de histórias complexas. Acontecimentos regionais e internacionais, muitas vezes tumultuosos e violentos, moldaram seus países, suas instituições e sua consciência de si. Isso teve um impacto significativo sobre a forma pela qual as práticas universitárias do ensino e da pesquisa são conduzidas hoje em dia, exercendo um efeito ambíguo de favorecimento e de restrição sobre o trabalho de todos os acadêmicos.

Tudo isso é visível de modo bastante particular nos países não ocidentais, sobre os quais se concentrará a presente edição especial da *Revista Pensando*. De modo específico, os textos reunidos aqui têm o objetivo de nos fazer explorar as dificuldades e o potencial da filosofia enquanto elemento da vida acadêmica, social e cultural nesses países.

Se a criatividade das pessoas curiosas certamente desempenha um papel importante na história das ciências, os estudos recentes cada vez mais têm enfatizado o papel que a colonização, a conquista e o capitalismo predatório desempenham na formação das universidades e da vida acadêmica nos nossos países (CASTRO-GOMES, 2008). A própria prática científica – seu ensino e suas pesquisas – foi corroída internamente, pela visão de que certos povos seriam inferiores e irrelevantes para a história. Além disso, suas terras e seus recursos foram constantemente tomados como se estivessem à disposição dos interesses de alguns poucos poderosos estrangeiros (CÉSAIRE, 1955; MIGNOLO & WALSCH, 2018). Consequentemente, as populações originárias e, em certos casos, os descendentes de povos escravizados foram considerados como meros objetos de pesquisa, sendo que sua capacidade genuína de produzir conhecimentos foi ignorada. Ainda que as universidades sem dúvida tenham desempenhado um papel importante na forma moderna dos países do “Sul”, a “modernidade” representa aqui uma herança bastante ambígua, em razão dessa bagagem corrosiva.

Nessa perspectiva, a aurora das independências trazia a promessa de uma reforma total das ciências: pensar a partir do reconhecimento da verdadeira humanidade de cada povo, do respeito às diferenças culturais e linguísticas, do alinhamento da pesquisa e do ensino com os interesses reais das populações locais... Mas o que foi feito dessas promessas? No que diz respeito somente à filosofia, de fato notamos o surgimento de universitários eruditos, analistas conscientes dos assuntos locais (MENDIETA, 2003; WIREDU, 2004). Mas isso ainda está longe de corresponder ao conjunto da realidade. Em vez disso, o que é mais visível é o efeito onipresente da “filiação epistemológica” às filosofias ocidentais (MUDIMBE, 1988; no caso do Brasil, cf. ARANTES, 1994), ora mais orientadas para a Europa, ora para o mundo universitário anglo-americano. Com muita frequência, tem-se a impressão de uma subvalorização de fato, nas nossas instituições, dos autores, dos modos de pensamento ou ainda das preocupações locais e originárias. Em inúmeros países, este fenômeno é acentuado por uma sub-representação ou mesmo ausência persistente dos povos autóctones, das populações “de cor” e de certas minorias entre os membros da comunidade universitária.

Nós consideramos que esta subvalorização é indesejável, mas ao mesmo tempo suscetível a mudanças para melhor. Há uma necessidade urgente de refletir sobre as causas desta situação, bem como sobre as maneiras de remediá-la. Uma tal reflexão promete não apenas aprimorar nossa prática em função de seu contexto social, mas igualmente estimular o intercâmbio entre filósofos que trabalham sobre problemas similares no mundo todo; além disso, tal reflexão pode contribuir para aumentar a circulação planetária da filosofia feita a partir da localidade em que cada um de nós se encontra.

Embora motivados por esta visão, nós compreendemos a complexidade do problema. Como desfazer a história corrosiva, sem ressentimentos em relação aos métodos científicos e, ao mesmo tempo, preservando uma parte do patrimônio, por exemplo, a instituição da Universidade? Mesmo criticando a fabricação de estereótipos e o chauvinismo ocidental transmitidos pela filosofia, como é que se pode evitar a

depreciação dos nossos próprios antecessores que assimilaram esta tradição e tentaram redirecioná-la para as causas que nós perseguimos aqui? Como defender o lugar do que é originário e local na filosofia, sem, no entanto, inadvertidamente adotar uma visão essencialista e folclórica das sociedades contemporâneas? Por outro lado, como praticar a filosofia do povo e para o povo, como nos conhecemos a nós próprios e aos nossos contemporâneos atualmente, sem aceitar com fatalismo as forças injustas que moldaram – e continuam moldando – nossos mundos da vida? Como a filosofia pode ajudar a desenvolver uma memória social crítica e uma compreensão de si (MARQUES, 2023), sendo que ela própria aumenta a capacidade e a dignidade das sociedades já deformadas?

Além disso, esse problema complexo necessita de uma reflexão comum sobre a pluralidade das experiências de prática filosófica, visando o aprofundamento do diálogo entre os países do “Sul”, mas sem excluir as alianças com o “Norte”, exclusão que representaria uma perversa vingança do essencialismo. Para tornar tais questões complexas mais concretas, nós identificamos um certo número de eixos de interrogação importantes:

1. Considerando sua importância para orientar nossa reflexão sobre tais problemáticas, como devemos compreender as categorias do local e do originário? Como a filosofia contemporânea deve se relacionar com o patrimônio cultural e com a tradição (MBONDA e RONDEAU, 2015), incluindo aí os saberes do mundo da vida pré-colonial?
2. As questões relativas à prática filosófica devem ser concebidas numa perspectiva histórico-crítica. As opiniões sobre a relação entre modernidade e colonização variam desde a tese conjuntiva (MIGNOLO e ESCOBAR, 2007) até a tese disjuntiva (TÁIWÒ, 2010). Há ainda muito por fazer para clarificar as diferentes formas de modernidade e modernização (APPADURAI, 1996; KNÖBL, 2007) e as diferentes formas de colonização e de colonialidade (PAUL e LEANZA, 2020) em relação aos diferentes modos de capitalismo. Mas nós precisamos também contextualizar a prática filosófica na política, na sociedade e nas instituições do período pós-independência. A exploração dessas questões abriria uma perspectiva sobre os problemas persistentes de raça, de classe e de formas de humilhação internalizada, as quais frequentemente se sobrepõem (MUNANGA, 2020).
3. Nós reconhecemos que nós não somos a primeira geração de universitários que enfrenta essas questões, de modo que é igualmente importante examinar as contribuições dos nossos antecessores. Quais filosofias, formalizadas ou não, foram propostas por eles? Como podemos integrá-las no currículo? O que nós podemos aprender com estratégias intelectuais tais como o “canibalismo” (ANDRADE, 1928) ou a “transfuncionalização” (EBOUSSI BOULAGA, 1977)? Nessa direção, o trabalho fornecerá um diagnóstico da herança ocidental: o que é hegemônico e o que poderia ainda ser implementado de maneira produtiva (SOUZA SANTOS, 2014)?
4. Nossa empreitada é inegavelmente atravessada por preocupações normativas. Isso levanta uma série de questões, desde as de caráter meta-ético até as mais práticas. Em função de quais orientações normativas devemos reconsiderar a prática filosófica? Expressões tais como “afirmação de si”, “justiça cognitiva”, “bem comum”, “democracia radical” e “proteção do meio-ambiente” vêm à mente, mas precisam ser especificadas. E como compreender a relação da filosofia – e das ciências humanas e sociais em geral – com o engajamento ativo em resposta a essas reivindicações normativas? A educação e a participação na formação da opinião pública seriam suficientes, ou os filósofos devem ainda, na sua condição de professores, se engajar em mudanças estruturais, ou até mesmo no ativismo? (ALMEIDA, 2018; RIBEIRO, 2019)?
5. As instituições nos colocam em contato com os estudantes e facilitam nosso trabalho, porém sua inércia restringe nossa prática e sua estrutura de autoridade não raro impõe autocensura. Nós precisamos de diagnósticos desses problemas –

- quer sejam herdados ou mais recentes – e de sugestões práticas sobre como transformar as instituições em instrumentos que facilitem nossas iniciativas.
6. Quanto mais nós enfatizamos que a filosofia é situada, mais a nossa relação com as filosofias que são situadas de forma diferente da nossa levanta questões. Quais termos deveríamos utilizar para conectar essas experiências e necessidades divergentes: universalismo, pluriversalismo, uniformidade, generalidade, diálogo, hidridismo...? Como partilhar pontos de vista e encontrar questões comuns, sem essencializar o Sul e seus povos, como aliás o faz todo pensamento chauvinista?

Mesmo que um único dossiê não possa abordar, e muito menos esgotar, todas essas questões, acreditamos que as contribuições desta edição especial fornecem preciosos elementos de reflexão. Como mencionamos mais acima, nós reconhecemos que não partimos do zero, mas que nossas formas de reflexão são moldadas por tradições da filosofia e do pensamento científico que herdamos e que praticamos até hoje. Nós estamos na encruzilhada entre uma herança ambígua e a nossa própria iniciativa de fazer algo com essa herança. Como podemos alterar a “filiação epistemológica” existente e, ao mesmo tempo, dar conta de uma iniciativa libertadora? Um caminho importante consiste em examinar a possível contribuição das expressões culturais que não se conformam simplesmente a um modelo imposto, seja na forma da cultura pré-colonial ou de uma cultura vernacular contemporânea.

Nessa perspectiva, Natacha GALLUCCI considera a contribuição que um estudo rigoroso da cultura pré-colonial e/ou vernácula pode trazer para a decolonização da filosofia. Seu artigo intitula-se: “O encontro da enunciação filosófica em nossa América: Geocultura e corporalidade em Günther Rodolfo Kusch”. Nessa reflexão, ela segue a obra do acadêmico e filósofo argentino Rodolfo Kusch como guia para a documentação e apropriação contemporânea de um modo de conceber a criação filosófica a partir de sua espacialidade (geográfica e simbólica), que nas culturas latinoamericanas é notadamente marcada pelos processos de colonização e de depreciação das raízes históricas dos povos invadidos. Não se trata simplesmente de retornar a um outro arquivo cultural, mas de enriquecer as formas contemporâneas de pensar, ainda que, por vezes, seja preciso tomar emprestadas explicitamente ideias filosóficas ocidentais. Ao recorrer à experiência corporal da dança, Gallucci também levanta a seguinte questão: até que ponto a filosofia é capaz de acolher e de se apropriar das ideias e práticas humanas que são ostensivamente as menos próximas da disciplina universitária que é a filosofia?

Tão interessada quanto Gallucci no que os filósofos contemporâneos sensíveis ao contexto são capazes de fazer, Amélie Aristelle EKASSI, por seu turno, nos coloca no centro das complexidades históricas e sociais do trabalho acadêmico contemporâneo em um país como Camarões. Ela também examina as divergentes recepções que são feitas das práticas epistêmicas impostas, tendenciosas e/ou herdadas. Além disso, ela se concentra na estrutura institucional das práticas de conhecimento nos países africanos. O estado de (não-)liberdade dessas instituições tem um impacto direto sobre o tipo de ciência que é praticada, os problemas que são considerados como importantes e o ensino e a pesquisa. Em seu diagnóstico da situação, ela se inspira em Jacques Chatué. Com base na obra deste pensador, ela defende uma transformação das práticas epistêmicas na direção de uma ética da humildade, da sinceridade e da eficácia, buscada não por autores isolados em primeiro lugar, mas como parte de uma colaboração “reticular”. Essa proposta é apresentada no título de sua contribuição: “Por uma filosofia da reticularidade como prolegômenos à decolonização das *epistemes*”.

Enquanto Ekassi trabalha com o aspecto institucional da filosofia em um contexto nacional (com claras implicações para outros países), Luis Thiago DANTAS se concentra no nível micro da escrita. Seu artigo “Uma filosofia afro-diaspórica entre escritas fragmentárias” baseia-se no efeito subversivo da linguagem popular sobre a linguagem institucionalizada padrão. Ele defende a possibilidade de subverter uma dominação oculta e ilegítima no seio da escrita filosófica. Nesse sentido, sua defesa do valor da “escrita fragmentária” poderia ser vista como uma estratégia de transfuncionalização na mesma

linha de Eboussi. A questão continua sendo a de como coordenar essas formas de escrita com a escrita acadêmica, de uma forma que lembra a questão da cultura coloquial e da dança no artigo de Gallucci.

Gallucci e Ekassi se debruçam sobre questões formais ou práticas relacionadas à prática filosófica, mas a questão da elaboração do conteúdo filosófico também está incluída em suas reflexões. Esse é mais claramente o ângulo de outra contribuição: a de Edit Ekodo MVONDO. O argumento de Mvondo busca contribuir para a escrita “transgressiva” (que Dantas procurou vincular à filosofia no vernáculo). O artigo de Mvondo, “Ciências sociais descentralizadas na África? Um esboço do método arquitetônico, da epistemologia da transgressão e da dialética da autenticidade.” estende essa problemática da filosofia para as outras ciências sociais. Nesse sentido, ela ecoa a perspectiva institucional proposta por Ekassi. Seguindo os passos de Dika Akwa Nya Bonambela, Fabien Eboussi Boulaga e Jean-Marc Ela, as análises de Mvondo sobre, respectivamente, seu método arquitetônico, a dialética da autenticidade e a epistemologia da transgressão, respectivamente, traçam um caminho semelhante do diagnóstico à prática alternativa – em outras palavras, da restrição historicamente formada à inovação gradual – como argumentam vários dos autores deste dossiê. O material apresentado por Mvondo investiga uma questão desconcertante: até que ponto a transgressão – ou a transfuncionalização – implica a afirmação do que é transgredido ou transfuncionalizado, quer se trate de aspectos da cultura, das ciências ou da filosofia? Até certo ponto, essa afirmação é real. No entanto, reconhecer esse ponto não significa desistir da busca por alternativas, mas exige muita lucidez sobre as condições iniciais para essa busca.

De muitas maneiras, os vínculos entre pessoas de diferentes partes do mundo são destacados nesses artigos. As relações geopolíticas históricas e contemporâneas nefastas moldam uma grande parte das questões abordadas (cf. novamente Ekassi). Mas vários autores destacaram a referência persistente – seja para criticar, seja para se apropriar – às filosofias de outras partes do mundo. Além disso, vários dos autores citados aqui não trabalham exclusivamente no Sul. O artigo de Mbele, por exemplo, tem como tema Mbonda – um autor com um grande engajamento no Canadá (como veremos a seguir). Por fim, todo esse dossiê foi elaborado com o Brasil e Camarões no centro, o que significa que as relações entre diferentes partes do mundo estão implícitas em todo o texto como sendo possíveis e importantes de serem trabalhadas. Ernst WOLFF, um filósofo sul-africano que atualmente trabalha na Bélgica, discute algumas das dificuldades associadas às linhas entrelaçadas que são tecidas nas vidas de diferentes filósofos. Para simplificar, as filosofias do “Sul” também são praticadas em outras partes do mundo, e os filósofos do “Sul” também são responsáveis pela apropriação contínua das filosofias do “Norte” em seus países por meio da educação e da pesquisa. Seu artigo, “Filosofia intercontinental: pensar em e para um mundo plural” pretende ser uma contribuição para uma filosofia antiessencialista, consciente de suas origens múltiplas e praticada de diferentes formas em todos os continentes e ilhas habitados. Ele defende uma ética filosófica “intercontinental”, que seria a de filosofar com plena consciência da globalização contemporânea e da pluralidade, sem um árbitro imparcial para mediar os desacordos. Trata-se de uma filosofia que considera com a mesma seriedade tanto as assimetrias violentas entre as pessoas quanto a possibilidade de construir comunidades [*communalités*].

Nós podemos ler o artigo de Charles Romain MBELE, “A desordem na *episteme* segundo Ernest-Marie MBONDA” como uma elaboração das dificuldades de tal empreendimento e, de modo mais geral, de uma retomada crítica da herança ambígua. Em um debate crítico com Ernest-Marie Mbonda, Mbele examina as promessas e as armadilhas das tentativas de reorientar a filosofia para a África. O risco de uma decolonização mal feita é imitar certas conceitualizações científicas tendenciosas que essa decolonização pretendia superar. Mbonda acredita que um caminho mais frutífero consiste em desestabilizar as formas hegemônicas da ciência, introduzindo um parceiro discursivo em contradição, onde o monólogo etnocêntrico ainda prevalece. O ponto de vista de Mbele é argumentar a favor de uma política de criação contínua de uma nova

cultura, como alternativa ao modernismo ocidental ou ao afrocentrismo cultural no sentido restrito.

O fato de que tais tentativas de autodefinição não estão predestinadas ao sucesso é sublinhado por Lúcio Álvaro MARQUES em “Autores de nós mesmos: A construção do intelectual brasileiro no século XXI”. Marques analisa uma série de publicações das últimas duas décadas que tentam captar o estatuto da reflexão sobre quem seriam “os intérpretes do Brasil”. Ele mostra como a seleção daqueles que melhor refletem o Brasil revela clara e sistematicamente preconceitos, seja contra autores mais à esquerda, seja contra mulheres ou mesmo contra autores negros. Soma-se a isso a questão intrigante da quase ausência de filósofos. Essas observações levam a profundas questões de autocrítica. De onde vêm esse machismo e esse racismo em uma literatura que pretende se livrar de representações impostas de nós mesmos? Por que, quando a filosofia busca tratar de questões de injustiça social, ela ganha tão pouca visibilidade no discurso público? O artigo de Marques nos recorda de modo eloquente que a crítica ao outro, por mais importante que seja em países com um histórico de opressão imperial, não deve nos levar a abandonar a crítica interna dos processos pelos quais nós criamos a nós mesmos dentro do espaço (limitado) de iniciativa que se tem disponível num dado momento.

Esse ponto é, de certa forma, sugerido por várias outras contribuições do presente dossiê: a crítica urgente e necessária das assimetrias geopolíticas e de seus efeitos nefastos contínuos não deve nos levar a uma essencialização bipolar simplista do papel dos universitários em todo o mundo. Isso apenas reproduziria antigos esquemas de opressão por meio do conhecimento (Mbonda) e faria o jogo daqueles que, com intenções prejudiciais, estão muito dispostos a afirmar a singularidade absoluta do outro cultural.

Referências

- APPADURAI, Arjun, *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota, 1996.
- ALMEIDA, Silvio Luiz, *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago, «(Post)Coloniality for Dummies: Latin American Perspectives on Modernity, Coloniality, and the Geopolitics of Knowledge», in *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, Mabel Moraña, Enrique Dussel, Carlos A. Jáuregui (éds.), New York: Duke University Press, 2008.
- CÉSAIRE, Aimé, *Discours sur le colonialisme*, Paris : Présence africaine, 1955.
- EBOUSSI BOULAGA, Fabien, *La Crise du muntu. Authenticité africaine et philosophie*, Paris : Présence africaine, 1977.
- KNÖBL, Wolfgang, *Die Kontingenz der Moderne. Wege in Europa, Asien und Amerika*, Frankfurt: Campus, 2007.
- MARQUES, Lúcio Álvaro, *Formas da filosofia brasileira*. Cachoeirinha : Editora Fi, 2023.
- MBONDA, Ernest-Marie & RONDEAU, Dany, *La Contribution des savoirs locaux à l'éthique, au politique et au droit*, Québec: Presses Universitaires de Laval, 2015.
- MENDIETA, Eduardo (éd.), *Latin American Philosophy. Currents, Issues, Debates*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- MIGNOLO, Walter & ESCOBAR, Arturo (éds.), *Globalization and the de-colonial option*. London, New York: Routledge, 2007.

MIGNOLO, Walter & WALSH, Cathérine, *On Decoloniality. Concepts, Analitics, Praxis*, Durham and London: Duke University Press, 2018.

MUDIMBE, Valentin Yves, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MUNANGA, Kabengele, *Negritude: Usos e sentidos*. São Paulo: Autêntica, 2020.

PAUL, Axel & LEANZA, Matthias (éds.), *Comparing Colonialism: Beyond European Exceptionalism*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2020 (*Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung* 30 (2020) 3/4).

RIBEIRO, Djamila, *Pequeno manual antirracista*. São Paulo : Cia. Das Letras, 2019.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura, *Epistemologies from the South. Justice against Epistemicide*, Boulder: Paradigm, 2014.

TAIWO, Olufeñi, *How colonialism pre-empted modernity in Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

WIREDU, Kwasi (éd.), *Blackwell Companion to African philosophy*. Oxford: Blackwell, 2004.

CRISTINA AMARO VIANA

Doutora em Filosofia (UNICAMP, 2016)

E-mail: cristina.viana@ichca.ufal.br

AMÉLIE ARISTELLE EKASSI

Doutora em Filosofia (IRIC – Yaoundé I, 2015)

E-mail: ekassiamelie@yahoo.fr

ERNST WOLFF

Doutor em Filosofia (SORBONNE, 2004)

E-mail: ernst.wolff@kuleuven.be